

BERNARD WILLIAMS: DELIBERAÇÃO E O EXEMPLO DO GIM

CRISTIANN WISSMANN MATOS¹; EVANDRO BARBOSA²; CARLOS ADRIANO FERRAZ³

¹ Universidade Federal de Pelotas – cristiann.wissmann@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – evandrobarbosa2001@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Pelotas – ferrazca@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os defensores do internalismo moral, geralmente são compreendidos como uma vertente *não cognitivista*, inseridos em uma argumentação sobre psicologia moral. Segundo Alexandre Muller (2003) uma das premissas do argumento dos internalistas é a alegação de que existe uma conexão interna entre fazer um julgamento moral e estar motivado em agir de forma prescrita pelo julgamento. De forma geral, Stephen Darwall (2013) salienta a formulação inicial do internalismo com as seguintes afirmações: se um agente deve moralmente fazer uma determinada ação, então existe necessariamente uma razão para que esse agente faça essa ação. Isso consiste no fato de que o agente deve moralmente agir assim ou existem considerações que fundamentam esse fato. Essa é a posição internalista, pois afirma a existência de uma conexão interna entre o juízo moral e o que iremos chamar de conjunto motivacional subjetivo do agente. A alegação de que a motivação envolve a presença de crenças e desejos, é chamada de teoria humeana da motivação (*Humean theory of motivation*). O próprio Williams (1981) afirma que seu desenvolvimento pode ser considerado como um submodelo humano (*sub-model Humean*). Porém, cabe salientar algumas especificações do modelo internalista reivindicado por Williams.

A tese sobre razões internas de Williams pode ser encontrada, em sua formulação original, como uma forma de verificar o tipo de razões que estão envolvidas em sentenças como “A tem uma razão para agir” ou “existe uma razão para A agir”. Williams salienta que existem duas formas de interpretar essas sentenças, em que a primeira delas implica afirmar que a verdade da sentença depende de que o agente tenha algum motivo (*motive*) que será contemplado ou promovido por sua ação, sendo que essa sentença não poderá ser falsa, caso exista essa relação entre a razão e a intenção (*aims*) desse agente. A falsidade da sentença existe somente se não existe um motivo ou intenção apropriada que esteja relacionado com a razão para agir. Na segunda forma de interpretar essas sentenças, não existe essa condição relacional entre razão e intenção, pois, mesmo na ausência de um motivo relacionado à razão para agir, a sentença poderá ser verdadeira. Dessa forma, Williams define como uma posição internalista, as interpretações do primeiro tipo e externalistas as interpretações do segundo.

Segundo o autor, qualquer interpretação dessas sentenças, no sentido internalista, deve exibir uma relação de razões declaradas com o conjunto motivacional subjetivo do agente (*subjective motivational set*) e, dessa forma, existem somente razões internas (WILLIAMS, 1995, p. 35). O que se pretende abordar é a preocupação externalista que afirmaria que, se as razões para agir exibem uma relação com o conjunto motivacional subjetivo, um agente moral pode não possuir nenhuma razão genuína para fazer o que a moralidade exige (BONDENSON, 2004). Nesse sentido, a deliberação é apresentada como um

modo de evidenciar que razões para agir, contemplam demandas morais, ou seja, o agente poderia ter, ou vir a ter, uma motivação relacionada com a razão, por um meio deliberativo a partir de crenças e motivações que o próprio agente possuiria gasolina (WILLIAMS, 1981).

2. METODOLOGIA

Devido à natureza teórica da pesquisa, a metodologia foi desenvolvida a partir de pesquisas bibliográficas das obras de Bernard Williams. As obras basilares para o desenvolvimento dos argumentos consistem em: *Moral: Uma introdução à Ética*, *Ethics and the Limits of Philosophy* e *Moral Luck*. Essas leituras objetivaram o desenvolvimento de fichamentos e debates que possibilitaram a contextualização do problema filosófico estudado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Internalismo moral de Williams apresenta a deliberação. Assim, além de uma razão interna existir somente se um agente moral tiver uma determinada motivação interna que será promovida pela ação, existe a possibilidade de adquirir uma motivação interna através de uma deliberação. O exemplo fornecido pelo autor do caso do agente que quer beber gim auxilia nessa compreensão (WILLIAMS, 1981). Tomando por hipótese que um agente tem o desejo de beber gim, porém o conteúdo que está no copo a sua frente é gasolina e ele acredita que esse conteúdo é gim, não se segue que este agente possui uma razão genuína para beber gasolina. O problema nesse exemplo é que o agente tem o desejo de beber gim e possui a crença de que o conteúdo do copo a sua frente é gim. São dois elementos presentes em seu conjunto motivacional subjetivo: o desejo e a crença. Disso não se segue que esse agente tem uma razão genuína para beber gasolina, mesmo quando o crê que o líquido a sua frente seja gim. Pode-se perceber que, nesse caso, o agente está motivado a beber o líquido que se encontra disponível a sua frente, devido ao desejo de beber gim e acreditar que esse produto é gim. Esse caso também não poderia provar a falsidade da tese internalista ao defender que existe uma razão externa para o agente não beber o que está na sua frente. O ponto principal é que, mesmo que esse agente esteja motivado a beber esse líquido, ele não beberia se observasse que o que está a sua frente não é gim, mas gasolina. Dessa forma, pode-se chegar a uma razão genuína de não praticar uma ação, através de uma deliberação que considera elementos internos e elementos externos, ou seja, a deliberação considera o desejo do agente em beber gim e o reconhecimento de que o que está disponível a sua frente não é gim, alicerçando uma razão genuína para não beber o líquido que está a sua frente.

O que esse exemplo salienta é a possibilidade de uma agente adquirir uma razão genuína para ação, utilizando sua capacidade deliberativa. Assim, a razão para agir, ainda estaria conectada com algum elemento subjetivo do agente, possibilitando a consideração das exigências morais através da capacidade deliberativa do agente. O problema que pode ser apresentado é que, mesmo reconhecendo as exigências morais por meio da deliberação, o agente moral, ainda sim, poderia afirmar que não existe nada em seu conjunto motivacional subjetivo que contemple considerar ações exigidas moralmente. Esse é o caso o amoralista que, segundo o autor, não pode ser convencido por argumentos, não sendo o objeto da moral. O agente para quem está sendo dirigida a moralidade

consiste naquele que realmente quer descobrir qual a ação moralmente correta e, nesse caso, as razões que se apresentarem estarão vinculadas ao seu conjunto motivacional subjetivo.

4. CONCLUSÕES

A conclusão que se pretende desenvolver é que, ao considerar a tese defendida por Williams, de que existem somente razões internas, o problema enfrentado é que, essa definição, exclui agentes que não possuem o desejo de agir corretamente, sendo que nesses casos, argumentos morais não são direcionados para eles. Por outro lado, o agente moral comprometido em encontrar a ação correta, encontrará uma razão genuína para agir ao considerar sua capacidade deliberativa em pesar razões internas e externas. Do exemplo mencionado, considera-se um desejo interno que pretende ser satisfeito por uma ação errada, devido a uma crença falsa. São dois elementos subjetivos que, através da deliberação, pode-se salientar o erro de tal ação, que não estaria vinculada ao desejo do agente. Dessa forma, um agente que está comprometido em agir corretamente, ou possui um desejo de agir de forma correta, através da deliberação, pode considerar elementos exigidos pela moralidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DARWALL, Stephen. Razões, motivos e exigências da moralidade: uma introdução. In: DALL'AGNHOL. **Metaética: Algumas Tendências**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- MILLER, Alexandre. **An Introduction to contemporary Metaethics**. Blackwell Publishing Ltd, 2003.
- ROBERTSON, Simon. How Problematic for Morality Is Internalism about Reasons? IN: BLUHM, R; NIMTZ, C. **Selected Papers Contributed to the Sections Fifth International Congress of the Society for Analytical Philosophy**. (CD-ROM) Paderborn: Mentis, 2004.
- STANFORD. Bernard Williams. In: **Encyclopedia of Philosophy**. Acesso em 2014, disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/williams-bernard/#Mor>>
- THOMAS, Alan. **Bernard Williams**. Cambridge University Press, 2007.
- WILLIAMS, Bernard. **Moral Luck**. Primeira edição de 1978. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- WILLIAMS, Bernard. **Ethics and the Limits of Philosophy**. Harvard: Harvard University Press, 1985.
- WILLIAMS, Bernard. **Making Sense of Humanity And Other Philosophical Essays 1982-1993**. Cambridge University Press, 1995.